



174

## **Contratos por Tempo Determinado e Reeleição de Prefeitos: Vale a Pena Tornar Regra a Exceção?**

Mestre/MSc. Wanderson do Nascimento Pereira [ORCID iD](#), Doutor/Ph.D. João Eudes Bezerra Filho [ORCID iD](#)

Fucape Business School, Vitória, ES, Brazil

**Mestre/MSc. Wanderson do Nascimento Pereira**

[0009-0001-5533-0977](#)

**Doutor/Ph.D. João Eudes Bezerra Filho**

[0000-0001-5009-3418](#)

### **Resumo/Abstract**

Este estudo teve como objetivo investigar a existência de relação significativa entre gastos com admissão de pessoal, através de contratos por tempo determinado, capazes de influenciar a reeleição de prefeitos nos municípios brasileiros. A Teoria dos Ciclos Políticos foi considerada como lastro conceitual. Também foi analisada a relação entre a reeleição de prefeitos e o alinhamento com o partido do governador, do estado respectivo, e com o partido do presidente. Metodologicamente utilizou-se aplicação de técnica de regressão logística a fim de identificar a presença de ciclos políticos oportunistas. O período de análise foi de 2013 a 2020, abrangendo deste modo dois ciclos de eleições municipais no Brasil (2013-2016 e 2017-2020). Os resultados demonstram que em municípios com maiores percentuais de contratos por tempo determinado, a probabilidade de reeleição do prefeito aumenta. Da mesma forma, pertencer tanto ao partido do governador quanto ao partido do presidente aumenta a probabilidade do prefeito se reeleger.

### **Modalidade/Type**

Artigo Científico / Scientific Paper

### **Área Temática/Research Area**

Contabilidade e Setor Público (CSP) / Accounting and Public Sector

## **Contratos por Tempo Determinado e Reeleição de Prefeitos: Vale a Pena Tornar Regra a Exceção?**

### **Resumo**

Este estudo teve como objetivo investigar a existência de relação significativa entre gastos com admissão de pessoal, através de contratos por tempo determinado, capazes de influenciar a reeleição de prefeitos nos municípios brasileiros. A Teoria dos Ciclos Políticos foi considerada como lastro conceitual. Também foi analisada a relação entre a reeleição de prefeitos e o alinhamento com o partido do governador, do estado respectivo, e com o partido do presidente. Metodologicamente utilizou-se aplicação de técnica de regressão logística a fim de identificar a presença de ciclos políticos oportunistas. O período de análise foi de 2013 a 2020, abrangendo deste modo dois ciclos de eleições municipais no Brasil (2013-2016 e 2017-2020). Os resultados demonstram que em municípios com maiores percentuais de contratos por tempo determinado, a probabilidade de reeleição do prefeito aumenta. Da mesma forma, pertencer tanto ao partido do governador quanto ao partido do presidente aumenta a probabilidade do prefeito se reeleger.

**Palavras-chave:** Ciclos Políticos; Contratos por Tempo Determinado; Reeleição Municipal; Municípios Brasileiros.

### **1. Introdução**

A Teoria dos Ciclos Políticos de Downs (1957) apontou que gestores públicos não adotam políticas econômicas visando exclusivamente o bem-estar social, mas que, atrelado à função social, há também o interesse particular de permanência no poder por parte do Gestor Público (Dias, Nossa, & Monte-Mor, 2018).

Essa teoria leva em consideração o fato de as decisões de políticas econômicas adotadas por gestores públicos serem influenciadas por questões de cunho pessoal que envolve, diretamente, a busca por permanência no poder, o que compromete a eficiência da gestão quando da aplicação de Políticas Públicas (Puchale, 2019).

Por exemplo, a principal forma de ingresso no serviço público é o Concurso Público. Entretanto, algumas exceções são permitidas, entre elas a contratação por tempo determinado. Nos municípios, a exceção à essa regra tem se tornado, cada vez mais frequente, instituindo-se uma forma legal – porém imoral - de burlar a legislação e favorecer o clientelismo político (Rodrigues & Vilas Boas, 2019).

Entre os gastos municipais, as despesas com pessoal são as que absorvem a maior parte de recursos (Morais, Queiroz, & Sousa, 2019). Para Bandeira, Britto e Serrano (2018) o Gasto com Pessoal é o responsável pelo crescimento das despesas públicas continuadas.

Um fator de alerta para o acompanhamento das Despesas com Pessoal é a composição da folha; que além de servidores de carreira estatutária inclui, também, a concessão de Cargos de Confiança, e uma quantidade expressiva de contratos temporários, o que levanta indícios de irregularidades sobre o motivo real que justifique estas contratações (Rodrigues & Vilas Boas, 2019).

Na busca de equilíbrio orçamentário e inibição de práticas oportunistas pelos gestores através do gasto com pessoal, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) - Lei Complementar nº 101 (2000) - estabeleceu os limites mínimos para Gastos com Pessoal nas três esferas de Governo.



Cabe informar que, embora o objetivo desta pesquisa não seja abordar o mérito da LRF sobre os Gastos com Pessoal, é sempre necessário ressaltar a necessidade de haver controle da Despesa com Pessoal na Administração Pública Brasileira para que se assegure um Planejamento Orçamentário adequado.

A LRF busca evitar que Gestores Públicos utilizem do descontrole de Gastos com Pessoal para aproveitarem-se dos Ciclos Políticos para agir em prol de seus interesses individuais, sua recondução ao cargo, ou permanência do partido no poder (Bandeira et al., 2018; Downs, 1957; Nordhaus, 1975; Júnior et al., 2018).

A literatura indica que a presença de Ciclos Políticos é mais intensa em países em desenvolvimento. Nelas, Os Ciclos Políticos são recompensados ao invés de serem punidos (Ehrhart, 2013; Kauder, Potrafker, & Schinke, 2017; Vergne, 2009). No Brasil, Morais (2016); Morais et al. (2019) e Santos (2020) identificaram indícios de ocorrência de Ciclos Políticos após a vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal (2000).

O indício de ocorrência de práticas oportunistas tem levado a investigação de variáveis que se relacionem com a reeleição de Gestores Públicos. No Brasil, Bezerra Filho e Gondinho (2021) relacionaram a probabilidade de reeleição de prefeitos com a gestão da alimentação escolar. Constataram relação diretamente proporcional entre as variáveis utilizadas.

Na Indonésia, Lewis, Nguyen e Hendrawan (2020) constataram que a recondução de Gestores Públicos ao cargo está condicionada aos avanços da prestação de serviços locais. Gestores reeleitos apresentaram menor desempenho do que os do primeiro mandato.

Embora haja estudos que busquem explicar fatores que impactam na reeleição de gestores políticos (Bezerra Filho & Gondinho, 2021; Lewis et al., 2020), ainda são poucas as pesquisas que relacionam Gastos com Pessoal, contratados por tempo determinado, e sua influência para reeleição de prefeitos municipais.

Morais (2019) encontrou evidências estatísticas de ocorrência de Ciclos Políticos, através do índice de Gasto com Pessoal, em períodos de eleições. De forma análoga, Rodrigues e Rodrigues (2019) identificaram aumento de Gastos com Pessoal em período pré-eleitoral de reeleição de prefeitos.

A literatura tem demonstrado que aumento de Gastos com Pessoal não é regra em período eleitoral. Vicente e Nascimento (2012) não encontraram significância estatística entre aumento de gastos e período eleitoral de reeleição de prefeitos. Mas, por outro lado, há poucos trabalhos que tratam da influência dos gastos com Contratos Temporários sobre a reeleição de gestores municipais.

Considerando a lacuna, a pesquisa se propôs a responder ao seguinte questionamento: os Gastos Públicos com pagamento de Servidores Públicos, admitidos através de Contratos por Tempo Determinado, influenciam a recondução de prefeitos?

Para respondê-lo, teve por objetivo apontar a influência dos Gastos de Pessoal através de Contratos por Tempo Determinado, para a recondução do Gestor Municipal ao cargo.

Os resultados foram estimados por Regressão Logística como Dias *et al.* (2018) e Santos (2020). O período estudado foi de 2013 a 2020, para que pudesse abranger dois ciclos de eleições municipais no Brasil (2013-2016 e 2017-2020).

Os resultados demonstraram significância estatística para explicar a influência dos Gastos Públicos com Contratos por Tempo Determinado na probabilidade de reeleição de Prefeito.

A pesquisa é relevante por identificar um fenômeno oportunista na gestão pública dos municípios brasileiros; uma vez que evidencia o aumento de gastos orçamentários com pagamento de pessoal, contratados por tempo determinado, significante para reconduzir o



prefeito ao seu cargo. Ou seja, utilizando da “máquina pública” para reconduzir Prefeito ao cargo.

Como contribuição prática, além de instrumentalizar o controle social, possibilita subsidiar os órgãos de controle externo e interno para tomadas de medidas efetivas que coibam práticas de Ciclos Políticos oportunistas utilizados por prefeitos; que elevam gastos com admissão de pessoal; evitando que tornem regra o que deveria ser excepcionalidade dentro do Serviço Público.

## **2. Referencial Teórico**

### **2.1. Teoria dos ciclos políticos**

Downs (1957) foi um dos principais pioneiros a desenvolver a teoria dos ciclos políticos eleitorais, ao defender que o conceito de bem estar social não é um conceito claro e igual para todos (Junior, Caçado, & Shikida, 2007). Para o autor, partidos políticos em regimes democráticos buscam se manter no poder através de políticas que garantam a maximização de votos (Correia & Neduziak, 2017).

Neste contexto destaca-se a pesquisa de Nordhaus (1975) a partir de análises sobre o *trade-off* entre inflação e desemprego, medido através da curva de *Phillips*, indicando que o uso de instrumentos políticos são capazes de influenciar indivíduos em período pré-eleitoral (Morais et al., 2019).

Foi este autor o primeiro a apresentar um estudo formal a respeito de Ciclos Políticos Oportunistas, os quais não levam em consideração a influência partidária já que governantes possuem objetivo exclusivo de permanecer no poder (Junior et al., 2005), utilizando de todas as ferramentas necessárias para garantir maior quantidade de votos e por consequência a vitória nas eleições (Puchale, 2019).

De acordo com Júnior et al. (2018), os políticos manipulam as funções de maior visibilidade para a sociedade em busca de benefícios próprios referentes a manutenção do poder através da recondução ao cargo. Nesse sentido, a realização de investimentos públicos em períodos próximo às eleições influencia positivamente para que eleitores, sob a ótica da visão míope, premiem os gestores reconduzindo-os ao cargo (Dias et al., 2018).

Ehrhart (2013) em sua pesquisa direcionada à análise de ciclos políticos constatou que em novas democracias a presença destes ciclos tende a ser recompensada ao invés de punida pelos eleitores. Sidorkin e Vorobyev (2018) identificaram que os ciclos nas políticas fiscais e gastos públicos são geralmente de maior magnitude em países em desenvolvimento e muitas vezes recompensados pelos eleitores.

Contudo, estudos mostram que o uso de ciclos políticos tem sido percebido não apenas em sociedades em desenvolvimento. Veiga e Veiga (2007) em pesquisa realizada nos municípios portugueses entre 1979 a 2001 constataram que prefeitos utilizavam-se oportunamente das despesas com investimento naqueles municípios. Cahan (2019), ao analisar o emprego no setor público no contexto das eleições para governadores dos EUA, encontrou evidências de Ciclos Políticos visando o resultado eleitoral.

No Brasil, segundo Gonçalves, Funchal e Bezerra Filho (2017) os ciclos políticos são mais comuns por se tratarem de datas já estabelecidas, o que facilita no uso de estratégias políticas pelos gestores de forma que possam obter melhores resultados nas eleições.

### **2.2. Gastos com pessoal e LRF**

Entre os gastos realizados pelas prefeituras o gasto com pessoal é aquele que demanda maior desembolso do ente público, caracterizando-se como a maior parcela de gastos realizados



por um município, além de apresentar grande viés para aplicação de Ciclos Políticos (França, 2019).

Rodrigues e Rodrigues (2019) identificaram aumento de gastos com pessoal através da elevação de gastos com cargos em comissão, de tal forma que esse aumento de gastos apresentou influência positiva para a reeleição de prefeitos mineiros.

Marconato, Parré e Coelho (2020) identificaram que, a oneração da folha de pagamento, seja por aumento de salários ou contratações não planejadas orçamentariamente comprometem as contas municipais e o resultado fiscal. Os autores afirmam ainda que extrapolar os limites de gasto com pessoal afeta negativamente a gestão fiscal do município.

Com o objetivo de obter maior controle sobre gastos com pessoal, foi criada em 2000 a Lei Complementar n. 101 (2000), Lei de Responsabilidade Fiscal- LRF. Ela institui regras visando maior responsabilidade na gestão fiscal (Bandeira et al., 2018), pressupondo planejamento e transparência dos governos como maneira de evitar riscos e ações com capacidade de alterar o equilíbrio das contas públicas (Morais et al., 2019).

Morais et al. (2019) identificou que, mesmo com a LRF em vigor, os políticos continuam a utilizar a despesa com pessoal para fins eleitorais. Neste mesmo sentido, Santos (2020) constatou que prefeitos que buscam a reeleição apresentam gastos mais elevados do que os prefeitos reeleitos em períodos que antecedem a eleição municipal, como estratégia para recondução ao cargo.

França (2019) encontrou evidências estatísticas de que prefeitos com pretensão à reeleição gastam mais com contratos temporários em período eleitoral. Barone (2010) observou que contratações temporárias são as principais responsáveis pelo aumento do gasto com pessoal, além de identificar o aumento desses gastos em período pré-eleitoral.

Espera-se, desta maneira, que o percentual de gastos orçamentário, com admissão de pessoal, contratados por tempo determinado, apresente resultados estatisticamente significantes para a reeleição de prefeitos (Barone, 2010; França, 2019; Santos, 2020).

### **2.3. Contratos por tempo determinado e clientelismo**

A Constituição Federal de 1988, Artigo nº 37, determina o concurso público como forma legítima para o ingresso no serviço público. A Constituição é clara no parágrafo IX ao mencionar que a finalidade da Contratação por Tempo Determinado é atender demanda específica de excepcional interesse público, devendo ser uma exceção à regra, embora tenha se percebido a repetição constante desse tipo de contratação (Constituição Federal, 1988).

Rodrigues e Vilas Boas (2019) colocaram em cheque o motivo capaz de justificar o uso frequente das contratações por tempo determinado em municípios brasileiros. Entre os motivos apontados, destaca-se o favorecimento político a pessoas próximas ou eleitores, o que se configura como clientelismo político. Feldman e Gouveia (2022) constataram através de uma pesquisa realizada no estado do Pará que a política de contratação de professores temporários, sobretudo na zona rural, exerce grande importância nas disputas políticas municipais.

Barone (2010), ao mensurar o crescimento do emprego público nos municípios brasileiros entre 2004 e 2008 obteve resultados estatisticamente significantes para explicar que prefeitos com possibilidades de reeleição utilizam mais o gasto com pessoal do que prefeitos reeleitos. De acordo com o autor, o aumento do gasto com pessoal é um reflexo do aumento de contratações por tempo determinado, utilizados para favorecimentos políticos e pessoais, o que se configura como prática clientelista.

Espera-se que, com o uso de práticas oportunistas que possibilitam a recondução ao cargo de gestor executivo municipal, os prefeitos aumentem suas despesas orçamentárias com



contratos por tempo determinado (Dias et al., 2018; Santos, 2020).

#### **2.4. Alinhamentos do partido entre entes federativos**

Entre as diferentes maneiras de se perpetuar no poder, o alinhamento político com o mesmo partido do Governador do estado em questão ou do Presidente da República se relaciona diretamente com a probabilidade de reeleição do prefeito (Bezerra Filho & Gondinho, 2021).

Acredita-se que, quando o candidato à reeleição seja do mesmo partido do Governador, do estado em questão ou do Presidente da República, ele desfrute de maiores transferências orçamentárias, realizadas para gastos com seus aliados e co-partidários (Padilha, 2020).

Espera-se, desta maneira, que o alinhamento com o partido do governador e do presidente apresente sinais positivos, se configurando como ferramenta de favorecimento para obtenção de votos (Bezerra Filho & Gondinho, 2021; Padilha, 2020).

Baseado nas pesquisas citadas, este trabalho testará as seguintes hipóteses:

H1: O aumento de gastos com pessoal temporário contribui para a probabilidade de reeleição do prefeito.

H2: O alinhamento com o partido do Governador contribui para a probabilidade de reeleição do prefeito.

H3: O alinhamento com o partido do Presidente da República contribui para a probabilidade de reeleição do prefeito.

### **3. Metodologia de Pesquisa**

Esse estudo trata-se de uma pesquisa quantitativa, descritiva com uso de dados secundários e corte longitudinal, coletados em portais e sites do Tesouro Nacional, Tribunal Superior Eleitoral, e IBGE.

A base de dados contábeis deste estudo é de informações dos municípios brasileiros, retiradas do relatório de Despesas Orçamentárias (Anexo I-D), disponíveis no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI), referentes a Gastos com Pessoal, com Contratos por Tempo Determinado.

No total foram colhidas 43.444 observações referente as variáveis testadas nessa pesquisa; apenas 27.454 observações foram válidas para os resultados obtidos. Todos os municípios brasileiros foram considerados, no entanto, a não disponibilidade de informações de todos os anos no SICONFI por parte de alguns municípios sobre a principal variável explicativa, Contratos por Tempo Determinado, fez com que houvesse a exclusão de 15.990 observações.

Outros dados importantes para a realização da pesquisa foram colhidos através do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), os quais permitem identificar os candidatos eleitos ou reeleitos dentro do período da amostra em cada município brasileiro. Além disso, foi possível constatar se havia alinhamento destes com o partido do Governador e do Presidente da República que ocupavam seus respectivos cargos no período analisado.

Informações referentes ao Índice de Gini, a estimativa da quantidade da população e o Produto Interno Bruto de cada município brasileiro foram extraídas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para melhor alinhamento com a estimativa da população, optou-se por disponibilizar os dados referentes ao PIB per capita de cada município.

Com relação ao aspecto temporal, a pesquisa abrangeu os anos de 2013 a 2020, período que compreende dois ciclos eleitorais (2013-2016 e 2017-2020) referentes a eleições municipais de 2012 e 2016, respectivamente. Este período é satisfatório para identificar possibilidades de intenções de reeleição de candidatos ao cargo de prefeito e analisar a variação



de Gastos com Contrato por Tempo Determinado nesse espaço de tempo.

Optou-se por apresentar dados referentes à razão entre gastos com Contratos por Tempo Determinado e Gastos com Pessoal liquidados em cada ano analisado, isto para verificar se há variação de gastos com contratos temporários.

A variável dependente nesta pesquisa foi a Recondução de Prefeitos ao cargo (Reeleito), tendo sido tratada com uma *dummy*, assumindo número 1, quando o prefeito foi reeleito; e o número 0, caso contrário (Bezerra Filho & Gondinho, 2021).

Variável Dependente	Dummy	Descrição	Base Teórica
Reeleição do prefeito	1	Prefeito reeleito	Bezerra Filho e Gondinho (2021); Rodrigues e Rodrigues (2019);
	0	Prefeito não reeleito	

Figura 1: Variável dependente  
 Fonte: elaborado pelo autor.

Os dados orçamentários utilizados para a realização desta pesquisa dizem respeito às despesas disponibilizadas no SICONFI, através do relatório de Despesas Orçamentárias (Anexo I-D), na conta de natureza da despesa 3.1.90.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado. Para a utilização dos dados em valores percentuais utilizou-se ainda a conta 3.1.00.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais como a conta que disponibiliza todas as informações referentes aos gastos com pessoal. Optou-se por utilizar informações disponíveis de despesas orçamentárias liquidadas dentro do ano analisado. Desta maneira é possível identificar o gasto realizado em cada ano, especificamente.

Utilizou-se o tamanho da população como variável de controle assim como o índice de Gini, PIB per capita, gênero do candidato e grau de instrução do candidato. Acredita-se que o tamanho da população tenha influência sobre o tamanho do gasto com pessoal de um município e que quanto maior a população, menores serão as chances de reeleição do prefeito, tal como abordado por Moraes et al. (2019).

O índice de Gini mede o grau de concentração de renda em determinada localidade. Ele varia entre zero (0) e um (1), onde zero (0) representa uma situação de perfeita igualdade, ou seja, todos têm o mesmo nível de renda e um (1) representa uma situação de perfeita desigualdade, onde a renda é concentrada nas mãos de um único agente (Leite, 2018).

Nesta pesquisa, espera-se que prefeitos de municípios que apresentem maiores níveis de desigualdade de renda tenham menores chances de reeleição, uma vez que uma situação de maior desigualdade leva a menores níveis de bem estar social, bem como foi verificado por Almeida e Saiani (2021).

A qualidade gerencial do prefeito está diretamente ligada ao seu grau de instrução (*grau\_inst*), pautada na probabilidade de escolhas embasadas em decisões técnicas (Avellaneda & Gomes, 2015, 2017), propiciando gastos controlados e, dessa forma, mitigando possibilidades de uso de práticas oportunistas.

No quadro a seguir apresenta-se um resumo das variáveis utilizadas nas pesquisas e fonte de dados.



Variáveis	Descrição	Classificação	Fonte de Dados	Relação Esperada	Literatura
Reeleito	Variável Dummy para identificar se o prefeito obteve sucesso na reeleição ou caso contrário	Dependente	TSE	Positiva	Morais et al. (2019); Dias et al. (2018).
Contrato	Valor percentual de Gastos com contrato por tempo determinado e gastos com pessoal total	Explicativa	Tesouro Nacional - SICONFI	Positiva	Barone (2010); França (2019)
Part_gov	Partido do prefeito igual ao partido do governador	Explicativa	TSE	Positiva	Klein (2010)
Part_pres	Partido do prefeito igual ao partido do presidente	Explicativa	TSE	Positiva	Dias et al. (2018); Almeida e Saiani (2021)
Pop	Tamanho da população	Controle	IBGE	Positiva	Barone(2010); Morais et al. (2019); Rodrigues e Rodrigues (2019);
PIBpc	PIB do município dado em valores per capita	Controle	IBGE	Negativa	Santos (2020)
Ens_sup	Variável Dummy para identificar se o prefeito tem ensino superior	Controle	TSE	Positiva	Avellaneda e Gomes, (2015, 2017)
Sexo	Gênero do candidato	Controle	TSE	Positiva	Novellino e Toledo (2018)
Invest	Gasto per capita com Investimentos	Controle	Tesouro Nacional - SICONFI	Positiva	Dias et al. (2018).
Obras	Gasto per capita com obras	Controle	Tesouro Nacional – SICONFI	Positiva	Puchale (2019)
Transf_uni	Montante per capita de recursos transferidos pela união	Controle	Tesouro Nacional – SICONFI	Positiva	Klein (2010)
Transf_est	Montante per capita de recursos transferidos pelos estados	Controle	Tesouro Nacional – SICONFI	Positiva	Klein (2010)
GINI	Índice de Gini	Controle	IBGE	Negativa	Almeida e Saiani (2021).

Figura 2: Descrição das variáveis  
Fonte: elaborado pelo autor.

Para testar empiricamente as hipóteses da pesquisa e a relação das variáveis, estimou-se o modelo de probabilidade linear através do método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) e, posteriormente, a estimação através de técnicas de regressão logística, alinhando-se com os estudos empíricos de Dias et al. (2018) e Santos (2020). Os modelos de regressão logística foram executados com o auxílio do software STATA 17.

$$\begin{aligned}
 \text{Reeleição}_{it} = & \beta_0 + \beta_1 \text{Contrato} + \beta_2 \text{Part\_gov}_{it} + \beta_3 \text{Part\_pres}_{it} + \beta_4 \text{Sexo}_{it} \\
 & + \beta_5 \text{Ens\_sup}_{it} + \beta_6 \text{PIBpc}_{it} + \beta_7 \text{Invest}_{it} + \beta_8 \text{Obras}_{it} + \beta_9 \text{Pop}_{it} \\
 & + \beta_{10} \text{Trans\_uni}_{it} + \beta_{10} \text{Trans\_est}_{it} + \beta_{10} \text{GINI}_{it} + a_i + \varepsilon_{it}
 \end{aligned}$$





$$Reeleição_{it} = \begin{cases} 0 & \text{se } Reeleição_{it} < 0 \\ 1 & \text{se } Reeleição_{it} \geq 0 \end{cases}$$

Onde  $i$  indexa os municípios brasileiros e  $t$  representa o período de tempo entre 2013 a 2020.  $Reeleição_{it}$  é uma variável binária que assume valor igual a um (1), se o prefeito do município  $i$  foi reeleito no ciclo político  $t$ , e zero (0) caso contrário.  $a_i$  é o termo que representa as características não observadas dos municípios que são invariantes no tempo.  $\varepsilon_{it}$  é o termo de erro aleatório da regressão, onde  $\varepsilon_{it} \sim N(\mathbf{0}, \Sigma)$ .

#### 4. Resultados da Pesquisa

Na Tabela 1, estão os resultados das estatísticas descritivas utilizadas no presente estudo. Em média, 15.67% (D.P.= 36.35%) dos prefeitos da amostra foram reeleitos no período analisado por esta pesquisa. Tomando como amostra o estado do Pará, no período de 2001 a 2016, os resultados de Santos (2020) mostram que em média 26% dos candidatos foram reconduzidos ao cargo. Dias et al. (2018), ao analisar três ciclos de eleições municipais, nos municípios capixabas, encontrou resultados que mostram que, em média, 57% dos candidatos foram reconduzidos ao cargo de prefeito, no período analisado.

Quanto às despesas com pessoal, 12,90% das despesas realizadas no período correspondente foram com Contratos por Tempo Determinado, o que demonstra ser um valor expressivo ao levar em consideração que essa é apenas uma das despesas que compõem o rol de gastos com pessoal.

No tocante ao sexo dos candidatos, 87,17% (D.P.=33,43%) dos prefeitos são do sexo masculino, indicando a expressividade quantitativa de candidatos do sexo masculino em comparação a candidatos do sexo feminino. 18,01% (D.P.= 38.42%) dos prefeitos são do mesmo partido do governador do estado e 7,42% (D.P.= 26,22%) é do mesmo partido do presidente da república. 50,34% (D.P.= 49.99%) dos gestores municipais possuem nível superior.

O valor médio do PIB *per capita* de cada município é de R\$ 28.993,93 (D.P.= R\$ 31.452,31). Já o valor médio *per capita* dos investimentos realizados no período analisado foi de R\$296,68 (D.P.= R\$ 338,38). O valor médio *per capita* das despesas com obras foi de R\$ 191,40 (D.P.= R\$ 260,75).

O número médio de habitantes nos municípios brasileiros no período foi 41.983,77 habitantes (D.P.=23.458,60). O valor médio *per capita* das transferências de recursos da união para os municípios foi de R\$ 2.320,17 (D.P.= R\$ 1.493,27), enquanto o valor médio *per capita* das transferências de recursos dos estados para os municípios foi de R\$ 984,71 (D.P.= R\$ 984,61). Já a média do índice de Gini dos municípios brasileiros é de 0,50 (D.P.=0,06).



**Tabela 1**  
Estatísticas Descritivas

Variáveis	Média	Desvio Padrão D.P.	Cv	Min	p25	p50	p75	max	N
Reeleito	0.1567		2.3192						2745
Contrato	71	0.363592	48	0	0	0	0	1	4
Sexo	0.1290		0.8777	3.35E-09	0.0355	0.1050	0.1946	0.8880	2745
Partido	93	0.113314	71	0	81	62	84	37	4
Participação	0.8717		0.3835						2745
Ensino Superior	86	0.334335	06	0	1	1	1	1	4
PIBpc	0.1801		2.1335						2745
Investimentos	2	0.384294	5	0	0	0	0	1	4
Obras	0.0742		3.5305						2745
População	7	0.262214	66	0	0	0	0	1	4
Transf. Uni	0.5034		0.9931						2745
Transf. Est	24	0.499997	94	0	0	1	1	1	4
GINI	28993.		1.0847	5105.1	12565.	19522.	34731.	104511	2745
	93	31452.31	9	44	27	02	44	4	4
	296.68		1.1405	0.8464	114.38	201.37	356.35	11411.	2745
	92	338.3851	37	31	76	38	28	09	4
	191.40		1.3623	1.63E-06	55.416	117.21	230.05	7689.9	2745
	3	260.7548	34	06	52	47	57	59	4
	41983.		5.5875			13259.		1.23e+	2745
	77	234587.6	8	781	6255	5	27834	07	4
	2320.1		0.6436	68.771	1424.5	1899.0	2737.0	41135.	2745
	76	1493.279	06	52	3	24	05	43	4
	984.71		0.9999	1.1714	382.26	697.64	1239.7	20615.	2745
	23	984.6178	04	38	38	02	78	67	4
	0.5021		0.1283						2745
	02	0.064423	07	0.28	0.46	0.5	0.54	0.8	4

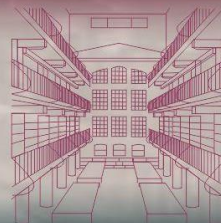
Fonte: Elaborado pelo autor.

Na Tabela 2, estão os resultados da estimação do modelo econométrico proposto no período de 2013 a 2020. Primeiro, estimou-se um modelo de probabilidade linear através do método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) e realizou-se o teste de Fator de inflação de Variância (FIV), cujo valor foi menor que 10, indicando que não há problemas de multicolinearidade no modelo proposto. O resultado do FIV de cada variável está na Tabela 2.

**Tabela 2**  
Resultado do Teste Fator de Inflação de Variância

Variáveis	VIF
<i>logInvest</i>	4.67
<i>logTrans_est</i>	4.03
<i>logObras</i>	3.82
<i>logPIB</i>	3.81
<i>logpop</i>	2.92
<i>logtrans_uni</i>	2.69
GINI	1.24
ens_sup	1.07
contrato	1.07
partpres	1.05
partgov	1.04
sexo	1.03
FIV Médio	2.37

Fonte: Elaborado pelo autor.



Realizou-se ainda o teste de heterocedasticidade de Breusch e Pagan, onde rejeitou-se a hipótese nula de variância constante do termo de erro, indicando que há problema de heterocedasticidade nos dados. Desta forma, os modelos subsequentes, LOG1 e LOG2, foram estimados com correção para a heterocedasticidade presente nos dados (Gujarati & Porter, 2011).

Os resultados das estimações do modelo Logit estão nas colunas (2) e (3) da Tabela 3. Na coluna (2), tem-se a estimação do modelo Logit apenas com as variáveis de controle do modelo econométrico. Já na coluna (3), levou-se em consideração a variação temporal dos dados e foram acrescentados os efeitos fixos de tempo e de estado.

Para escolher qual o modelo mais apropriado para a análise dos resultados, utilizou-se os critérios de seleção de modelo de Akaike (AIC) e Schwartz (BIC), onde o modelo que apresenta o menor valor dessas estatísticas é considerado o melhor modelo. O modelo Logit estimado na coluna (3) apresenta menor valor das estatísticas AIC e BIC, indicando que este é o melhor modelo para interpretação das estimativas obtidas. Este mesmo resultado pode ser visto a partir do resultado do Pseudo-R<sup>2</sup> que também é utilizado com critério para seleção do modelo mais adequado, onde o modelo que apresenta maior Pseudo-R<sup>2</sup> é o modelo mais adequado (Woodridge, 2010).

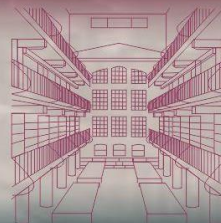
Analisando os resultados a partir da Coluna (3), é possível perceber que nos municípios que têm maior percentual de contratos por tempo determinado, os gestores têm maior probabilidade de se reeleger, pois o coeficiente da variável *contrato* foi positivo e estatisticamente significativo ao nível usual de significância de 5%, não se rejeitando a hipótese **H1** da pesquisa.

Nessa perspectiva, é possível inferir que o aumento de gastos, com Contratos por Tempo Determinado, é utilizado oportunamente por prefeitos, como descrito por Nordhaus (1975), com a finalidade de reeleição ao cargo de gestor municipal, caracterizando-se, desta maneira, como ciclo político oportunista. Os resultados permitem explicar o extenso lapso de tempo para a realização de concurso público municipal em diversos municípios do país, uma vez que esse tipo de contratação se caracteriza como moeda de troca para beneficiamento de pessoas próximas ou eleitores, assim como evidenciado por Rodrigues e Vilas Boas (2019). De igual modo, converge com os resultados de Feldman e Gouveia (2022), ao analisarem, no estado do Pará, que a política de contratação de professores temporários exerce grande importância nas disputas políticas municipais daquele estado.

Outro alinhamento importante dos resultados obtidos foram com os encontrados por Moraes et al. (2019), que mesmo com a LRF em vigor, ferramenta constitucional que tem por objetivo controlar as despesas com pessoal na administração pública, políticos continuam a utilizar estes gastos para fins eleitorais que gerem benefícios de interesse pessoal.

Os achados corroboram ainda com os resultados encontrados por Vergne (2009), gastos com pessoal exercem influência na reeleição de candidatos em países em desenvolvimento. Nesse contexto, é importante salientar que o Brasil é um país em desenvolvimento, confirmando a relação entre os resultados por esta pesquisa e os achados de Vergne (2009). De igual modo, o resultado encontrado se alinha ao trabalho de França (2019) no qual encontrou significância estatística para a elevação de gastos com Contratos por Tempo Determinado, quando o prefeito pretende a reeleição, caracterizando a presença de Ciclo Político.

As variáveis *Part\_gov* e *Part\_pres* tiveram sinal positivo e estatisticamente significativo ao nível de significância de 1%, não se rejeitando a **H2** e **H3** dessa pesquisa, indicando que, quando os gestores municipais pertencem ao mesmo partido do Governador e ao mesmo partido do Presidente da República, estes têm maiores chances de conseguir a reeleição.



O sinal apresentado na regressão converge com os resultados encontrados por Almeida e Saiani (2021) ao identificar que o alinhamento político partidário entre os chefes dos poderes executivos, dos entes federativos, tende a expandir as chances de permanência do candidato em virtude da possibilidade de prefeitos receberem volumes orçamentários maiores com intuito de angariar apoio político em eleições futuras para os cargos de Governador e Presidente da República, respectivamente. Logo, o alinhamento partidário favorece a possibilidade de recondução do prefeito ao cargo do executivo municipal.

Os resultados divergem dos achados de Klein (2010) ao encontrar relação significativa negativa entre o alinhamento político do prefeito e do presidente da república.

Os resultados não se alinham aos de Dias et al. (2018), que não obtiveram significância estatística capaz de explicar a relação entre o alinhamento político partidário com o Governador e o Presidente para a probabilidade de reeleição de prefeitos.

Quanto a variáveis de controle, a variável sexo só foi significativa ao nível de 10% e apresenta uma relação negativa com a probabilidade de reeleição, indicando que gestores do sexo masculino têm menores chances de se reeleger quando comparados aos do sexo feminino. A interpretação deste resultado é intrigante ao considerar que a quantidade de candidatos do sexo masculino, tanto eleitos quanto reeleitos, é maior do que candidatos do sexo feminino.

Os resultados mostram ainda que quanto maior o gasto com obras em determinado município maior a probabilidade de reeleição do prefeito, pois a variável *Obras* apresentou um coeficiente positivo e significativo do ponto de vista estatístico ao nível de 5%, corroborando com as pesquisas de Veiga e Veiga (2007), na qual os resultados apontaram que prefeitos utilizam os gastos com investimentos de maneira oportuna em municípios portugueses. Os resultados confirmam ainda a pesquisa de Dias et al. (2018) ao encontrarem resultados estatisticamente significantes para a variável investimentos, indicando que eleitores premiam prefeitos que investem mais em período próximo a eleição.

Outra variável que apresentou resultado positivo e significativo estatisticamente ao nível de 1% foi a variável *Pop*, indicando que prefeitos de municípios com maior número de habitantes tendem a ter maiores chances de reeleição. O resultado desta pesquisa corrobora com os resultados de Klein (2010) e Dias et al. (2018) que encontraram sinal positivo relacionado entre população e as probabilidades de reeleição do prefeito.

A variável *Trans\_uni* apresentou coeficiente positivo e significativo do ponto de vista estatístico, indicando que gestores de municípios que recebem maior volume de recursos da União têm maiores chances de reeleição, dada a possibilidade de elevar os gastos por meio de transferências recebidas, o que reforça os resultados encontrados por Klein (2010).

Já o índice de Gini teve sinal negativo e estatisticamente significativo ao nível de 1%, indicando que prefeitos de municípios onde há maior nível de desigualdade de renda têm menores chances de conseguir se reeleger. Os resultados se alinham com os achados de Almeida e Saiani (2021) que constataram que maiores índices de desigualdade tendem a reduzir a probabilidade de reeleição do candidato. O sinal corresponde ao esperado no trabalho, uma vez que a desigualdade de renda tende a reduzir a sensação de bem-estar da população, reduzindo, desta maneira, a satisfação da população com o governo.



**Tabela 3**

Resultado da Estimação do Modelo de Probabilidade Linear e do Modelo Logit para o Período de 2013 a 2020

	Variável Dependente: <i>dummy</i> =1 se houve reeleição		
	(1) MQO	(2) LOG1	(3) LOG2
Contrato	0.0638*** (0.02)	0.4546*** (0.15)	0.4056** (0.19)
Part_gov	0.0496*** (0.01)	0.3611*** (0.04)	0.2807*** (0.04)
Part_pres	0.0239*** (0.01)	0.1750*** (0.06)	0.5422*** (0.07)
Sexo	-0.0102 (0.01)	-0.0696 (0.05)	-0.0904* (0.05)
Ens_sup	0.0031 (0.00)	0.0290 (0.04)	-0.0196 (0.04)
logPIB	0.0173*** (0.01)	0.0921** (0.05)	-0.0006 (0.05)
logInvest	0.0102* (0.01)	0.0340 (0.05)	0.0065 (0.05)
logObras	0.0172*** (0.00)	0.1715*** (0.03)	0.3178*** (0.04)
logPop	0.0433*** (0.00)	0.3050*** (0.02)	0.1534*** (0.03)
logTrans_uni	0.1327*** (0.01)	0.9262*** (0.05)	0.1887*** (0.07)
logTrans_est	-0.0111** (0.01)	-0.0581 (0.04)	0.0585 (0.05)
GINI	-0.1113*** (0.04)	-0.9987*** (0.30)	-1.3095*** (0.36)
_cons	-1.4584*** (0.08)	-6.1844*** (0.68)	-7.0963*** (0.80)
No. of Obs.	27454	27454	27454
Pseudo R2	-	0.03	0.10
FIV mean <sup>(i)</sup>	2.37	-	-
Breusch-Pagan <sup>(ii)</sup>	1449.85***	-	-
AIC <sup>(iii)</sup>	21495.0	23028.0	21386.4
BIC <sup>(iv)</sup>	21601.8	23134.9	21756.3
E.F. Tempo <sup>(v)</sup>	Não	Não	Sim
E.F. Estado <sup>(vi)</sup>	Não	Não	Sim

**Nota:** [i] FIV - Fator de Inflação de Variância; [ii] Teste de heterocedasticidade de Breusch-Pagan; [iii] AIC – critério de seleção de modelo de Akaike; [iv] BIC – critério de seleção de modelo de Schwarz's; [v] E. F. Tempo - vetor de variável *dummy* do ano *t* que é igual a um (1) se é do ano *t* e zero (0) caso contrário, onde *t* assume valores entre 2013 a 2020; [vi] E. F. Estado – vetor de variável *dummy* que representa o estado do *i*-ésimo município. Assume valor igual um (1) se município pertence a estado *j* e zero (0) caso contrário. *j* representa os estados brasileiros; [vii] Erro-padrão entre parênteses; [viii] \*  $p < 0.10$ , \*\*  $p < 0.05$ , \*\*\*  $p < 0.01$ .

Fonte: Elaborado pelo auto.

A Figura 3 mostra a capacidade que o modelo econométrico proposto tem para discriminar as categorias da variável dependente, através da curva *Receiver Operating Characteristic* (ROC).

(A)

(B)

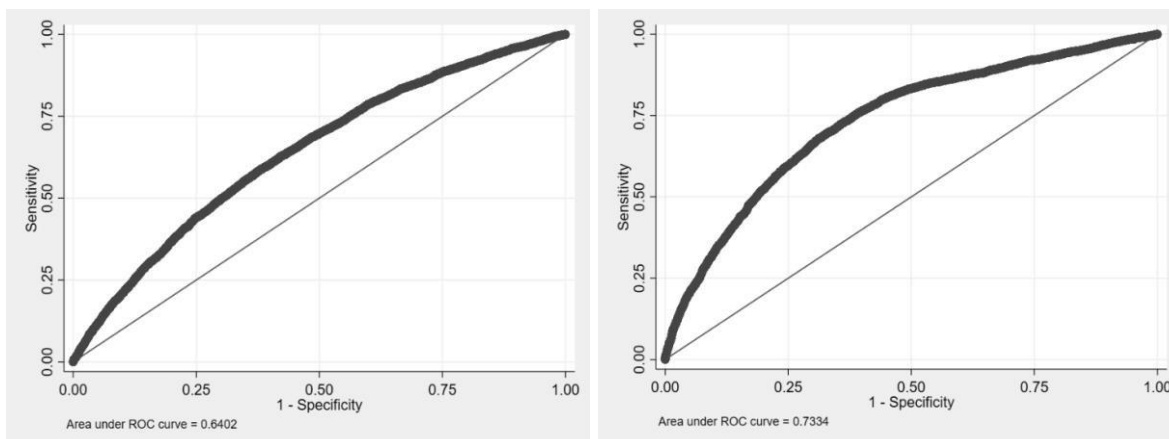
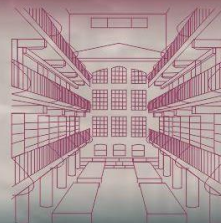


Figura 3: Curva ROC dos modelos LOG1 e LOG 2

Fonte: Elaborado pelo autor

De acordo com Hosmer e Lemeshow (1989), se a área sob a curva for menor ou igual a 0,5, o modelo não consegue discriminar as categorias da variável explicadas. Os resultados mostram que tanto o modelo LOG1, painel (A), quanto o modelo LOG2, painel (B) discriminam de forma aceitável as categorias da variável dependente, ocupando, respectivamente, uma área sob a curva de 0,64 e 0,73. Desta maneira, o modelo LOG2, painel (B), mostra-se como o mais adequado ao indicar uma melhor eficiência global do modelo econométrico quando da inclusão de todo o conjunto de variáveis explicativas do modelo juntamente com os efeitos fixos.

Na Tabela 3 estão os resultados da Razão de Chances, referentes ao modelo LOG2, que mostra a magnitude do efeito das variáveis explicativas e de controle na probabilidade de reeleição dos prefeitos dos municípios brasileiros.

Assim, analisando os resultados da Tabela 3, é possível perceber que prefeitos de municípios que têm maior percentual de Contratos por Tempo Determinado, apresentam 50% mais chance de se reeleger. Já gestores municipais quando são do mesmo partido do Governador e do mesmo partido do Presidente da República, estes têm 32% e 71% mais chances de conseguir a reeleição, respectivamente. Os resultados mostram ainda que o gasto com obras em determinado município aumenta a chance de reeleição do prefeito em 32%. Outra variável que apresentou resultado positivo e significativo estatisticamente foi a variável Pop, indicando que prefeitos de municípios com maior número de habitantes têm chance de reeleição de 16,5%.

Gestores que recebem maior volume de recursos da União têm suas chances de reeleição majoradas em 20%. Já prefeitos de municípios onde há maior nível de desigualdade de renda, medidas pelo índice de Gini têm chance de reeleição diminuída em 7,4%.



**Tabela 3**

Resultado da Razão de Chance do Modelo Log2.

Reeleit	Odds Ratio	D. Padrão	z	P> z	[95% Conf.	Interval]
Contrato	1.500186	0.282359	2.15	0.031	1.037374	2.169476
Partgov	1.324064	0.058494	6.35	0.000	1.214241	1.443821
Partpres	1.719703	0.114025	8.18	0.000	1.510131	1.95836
Sexo	0.913524	0.049827	-1.66	0.097	0.820904	1.016595
Ens_sup	0.980579	0.035706	-0.54	0.590	0.913035	1.05312
logPibpc	0.999391	0.050765	-0.01	0.990	0.904686	1.10401
logvest	1.006558	0.053883	0.12	0.903	0.906302	1.117905
logObras	1.374059	0.054246	8.05	0.000	1.271747	1.484601
logPop	1.165757	0.03578	5	0.000	1.097697	1.238037
logTrans_uni	1.207672	0.08416	2.71	0.007	1.053492	1.384418
logTrans_est	1.060271	0.052613	1.18	0.238	0.962006	1.168572
GINI	0.269945	0.097175	-3.64	0.000	0.133309	0.546629

Fonte: Elaborado pelo autor.

Valores percentuais calculados a partir da seguinte expressão:  $(\text{Odds Ratio} - 1) * 100$

## 5. Considerações Finais

Este trabalho buscou identificar os efeitos dos gastos com Contratos por Tempo Determinado e do alinhamento político com o partido do governador e o partido do presidente, influenciando a probabilidade de reeleição de prefeitos nos municípios brasileiros.

Os resultados foram estatisticamente significantes, demonstrando que em municípios com maiores percentuais de Contratos por Tempo Determinado os gestores possuem maior probabilidade de reeleição, indicando, desta maneira a presença de Ciclos Políticos na utilização desta variável (Feldman & Gouvóia, 2022; França, 2019; Vergne, 2009).

Infelizmente, como resposta ao questionamento inicial desse estudo, os resultados estatísticos demonstram que, para os Gestores Públicos que buscam a reeleição municipal, vale a pena o uso recorrente daquilo que é explicitamente descrito como ‘*exceção*’ previsto na Constituição da República, Contratos por Tempo Determinado, ao invés da realização de Concurso Público, favorecendo, deste modo o clientelismo político e a manutenção do poder.

De igual modo, pertencer ao partido do Governador e do Presidente da República aumenta a probabilidade de reeleição dos prefeitos, uma vez que tal alinhamento sugere a facilidade para recebimento de transferências intragovernamentais mais elevadas de modo a favorecer aliados políticos para eleições futuras (Almeida & Saiani 2021).

Os resultados contribuem para novas pesquisas que foquem na mensuração individual de variáveis dentro e fora do leque de despesas que compõem os gastos com pessoal, passíveis de gerenciamento político, de modo a identificar a presença de ciclos políticos oportunistas como forma de manutenção do poder.

A obtenção de dados que permitem mensurar uma variável específica torna-se limitada devido a não disponibilidade de informações pelos órgãos municipais responsáveis, o que prejudica a transparência dos gastos públicos em sua totalidade, por função de despesa.

Assim, como limitação desta pesquisa, destaca-se o período analisado em virtude da disponibilidade das informações no SICONFI. Foram analisados apenas dois ciclos eleitorais (2013-2016 e 2017-2020). Outro fator de limitação desta pesquisa foi a quantidade de observações satisfatórias para o modelo adotado em virtude da não disponibilidade das informações referentes a despesas com Contratos por Tempo Determinado de cada município, que deveriam ser informadas detalhadamente no portal Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI).

Como sugestão para pesquisas futuras propõe-se trabalhos que possam investigar as



despesas com Contratos por Tempo Determinado em um período maior de pleito eleitoral, bem como a utilização de novas variáveis explicativas. Sugere-se ainda a comparação de gastos por região para identificar qual região é mais propícia à presença de ciclos políticos.

Além disso, outro ponto relevante seria mensurar o impacto que o período pandêmico, a partir de 2020, gerou sobre os gastos orçamentários, com despesas com Pessoal nos três entes federativos brasileiros, através da possibilidade de elevação de contratação por tempo determinado, para atender as demandas que surgiram, principalmente na área da saúde, com o intuito de investigar se gestores utilizaram o período de pandemia para obterem vantagens que os beneficiassem politicamente por meio de elevação de contratos por tempo determinado ou outras contas similares.

### Referências

- Almeida, W. S., & Saiani, C. C. S. (2021). . Eficiência na Prestação de Serviços PÚBLICOS e Ciclos Político-Econômicos: Evidências para a Educação e Saúde nas Unidades Federativas Brasileiras. *Anais do Encontro Nacional de Economia*, online, Brasil, 49. [https://www.anpec.org.br/encontro/2021/submissao/files\\_I/15-1247536b4ed394ebd4fd94d0d7a42884.pdf](https://www.anpec.org.br/encontro/2021/submissao/files_I/15-1247536b4ed394ebd4fd94d0d7a42884.pdf).
- Araujo Junior, A. F. de, Cançado, P., & Shikida, C. D. (2007). Economics and politics: o que determina as chances de reeleição em municípios? O caso das eleições municipais de Minas Gerais-2000. *Informe Gepec*, 9(2), 1-23. <https://doi.org/10.48075/igepec.v9i2.305>
- Araújo, L. C. de, Filho, J. E. B, Teixeira, A., & Motoki, F. (2021). Gestões Municipais no Brasil: um estudo a partir do Índice de Efetividade das Gestões Municipais - IEGM. *Revista Catarinense Da Ciência Contábil*, 20, 1-17. <https://doi.org/10.16930/2237-7662202131371>
- Avellaneda, C. N., & Gomes, R. C. (2015). Is Small Beautiful? Testing the Direct and Nonlinear Effects of Size on Municipal Performance. *Public Administration Review*, 75(1), 137–149. <https://doi.org/10.1111/puar.12307>
- Avellaneda, C. N., & Gomes, R. C. (2017). Mayoral quality and municipal performance in Brazilian local governments. *Organizações & Sociedade*, 24(83), 555-579. <https://doi.org/10.1590/1984-9240831>
- Bandeira, M. L., Britto, P. A. P. de, & Serrano, A. L. M. (2018). Gestão fiscal dos estados brasileiros: análise dos gastos com pessoal entre 2008 e 2016. *Negócios em Projeção*, 9(2), 123-144. <https://revista.projecao.br/index.php/Projecao1/article/view/1190>
- Barone, L. S. (2010). Emprego público e política: uma radiografia da gestão 2005/2008 nos municípios brasileiros. *Anais do Congresso CONSAD de Gestão Pública*, Brasília, DF, Brasil,3. <https://www.consad.org.br/documentos?filter=true&ano=2010>
- Benito, B., Guillamón, M. D., & Ríos, A. M. (2021). Transparency and efficient management in local governments. *Cities*, 115, 1-5. <https://doi.org/10.1016/j.cities.2021.103234>
- Bezerra Filho, J. E., & Gondinho, S. B. (2021). Reeleição de prefeitos e gestão da alimentação escolar: uma avaliação de municípios brasileiros. *Revista Economia & Gestão*, 21(59), 185-202. <https://doi.org/10.5752/P.1984-6606.2021v21n59p185-202>
- Brasil. Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988 (1988). Casa Civil. Recuperado de [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).
- Cahan, D. (2019). Electoral cycles in government employment: Evidence from US gubernatorial elections. *European Economic Review*, 111, 122-138.

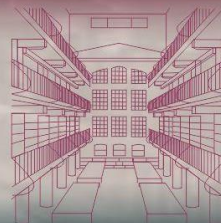




- <https://doi.org/10.1016/j.euroecorev.2018.09.007>
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (1998). Brasília. Recuperado em 05 de setembro de 2022, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).
- Correia, F. M., & Neduziak, L. C. R. (2017). Crescimento econômico e ciclo político orçamentário: uma análise para os estados brasileiros. *Revista de Desenvolvimento Econômico (RDE)*, 1(36), 60-77. <http://dx.doi.org/10.21452/rde.v1i36.4671>
- Crispim, G., & Ferreira, C. D. Ciclo orçamentário político: análise da execução orçamentária em período eleitoral nos municípios brasileiros. *Anais do Congresso da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis*, Paraíba, PB, Brasil, 12. [https://anpcont.org.br/pdf/2018\\_CPT546.pdf](https://anpcont.org.br/pdf/2018_CPT546.pdf)
- Dias, B. P., Nossa, V., & Monte-Mor, D. S. (2018). do Espírito O investimento influencia o público na reeleição? Um estudo empírico nos municípios do estado Santo. *Revista de Administração Pública*, 52(5), 880–898. <https://doi.org/10.1590/0034-7612172594>
- Downs, A. (1957). *An Economic Theory of Democracy*. New York: Harper and Row. <https://doi.org/10.1086/257897>
- Ehrhart, H. (2013). Elections and the structure of taxation in developing countries. *Public Choice* 156, 195–211. <https://citeseerx.ist.psu.edu/document?repid=rep1&type=pdf&doi=94593702668ef7faa3c4be3ee472f0d8132212ce>
- Fabre, V. V., & Prade, A. J. (2018). Gastos com pessoal no poder legislativo municipal: comparativo nos municípios catarinenses. *Revista de Contabilidade Da UFBA*, 12(2), 60-78. <https://doi.org/10.9771/rc-ufba.v12i2.18326>
- Feldman, A., & Gouveia, A. B. (2022). Os professores temporários nas redes municipais do estado do Pará (2011-2020). *Scielo prepints*, 1-23. <https://doi.org/10.1590/0102-469838517>
- Gonçalves, L.G., Funchal, B., & Bezerra, J. E., Filho (2017). A influência dos ciclos políticos nos investimentos públicos em infraestrutura: Um estudo nos estados brasileiros no período de 2003 a 2014. *Revista de Administração Pública*, 51(4), 462–481. <https://doi.org/10.1590/0034-7612156337>
- Gujarati, D. N., & Porter, D. C. (2011). *Econometria básica-5*. Amgh Editora.
- Hosner, D. W., & Lemeshow, S. (1989). *Applied logistic regression*. New York: Jhon Wiley & Son, 581.
- Júnior, A. E. X., Freitas, F. L. de, Medeiros, J. T., & Lucena, A. L. C. P. (2018, julho). Ciclos Políticos X Funções Orçamentárias: Um Estudo Acerca Da Influência Dos Anos Eleitorais Sobre As Despesas Orçamentárias Dos Municípios Médios Brasileiros. *Anais do Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, São Paulo, SP, Brasil*, 15. <https://congressosp.fipecafi.org/anais/18UspInternational/ArtigosDownload/965.pdf>
- Klein, F. (2010). Reelection incentives and political budget cycle: evidence from Brazil. *Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro, 44(2), 283-337. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122010000200006>
- Lei complementar n. 101, de 4 de maio de 2000* (2000). Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília. 2000. Recuperado em 05 de setembro de 2022, de [leicomplementar-101-4-maio-2000-351480-norma-actualizada-pl.pdf](http://leicomplementar-101-4-maio-2000-351480-norma-actualizada-pl.pdf) (camara.leg.br).
- Leite, A. Z. (2018). Análise da concentração fundiária no Brasil: desafios e limites do uso do índice de Gini. *Revista NERA*, (43), 10-28. <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i43.5559>



- Lewis, B. D., Nguyen, H. T., & Hendrawan, A. (2020). Political accountability and public service delivery in decentralized Indonesia: Incumbency advantage and the performance of second term mayors. *European Journal of Political Economy*, 64, 1-15. <https://doi.org/10.1016/j.ejpoleco.2020.101910>
- Marconato, M., Parré, J. L., & Coelho, M. H. (2021). Dinâmica financeira dos municípios brasileiros. *Revista de Administração Pública*, 55, 378-394. <https://doi.org/10.1590/0034-761220200041>
- Morais, L. M. F., Queiroz, D. B. de, & Sousa, R. G. de (2019). Ciclo político no índice de gasto com pessoal: uma análise no contexto brasileiro. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 14(1), 76-90. [https://doi.org/10.21446/scg\\_ufrj.v0i0.16861](https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v0i0.16861)
- Neugart, M., & Rode, J. (2021). Voting after a major flood: Is there a link between democratic experience and retrospective voting? *European Economic Review*, 133, 1-18.
- Nordhaus, W. (1975). The political business cycle. *Review of Economics Studies*, (42), 169-90. <https://doi.org/10.1016/j.euroecorev.2021.103665>
- Novellino, M. S. F., & de Toledo, M. L. G. (2018). As mulheres no campo político: uma análise das candidaturas femininas às prefeituras brasileiras (2000-2016). *Inclusão Social*, 11(2), 1-13. Recuperado de <https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4110>
- Pascoaloto, F. F., & Santos, F. A. (2022). Práticas de transparência na execução orçamentária em municípios da região metropolitana de São Paulo. *REGIT*, 17(1), 09-23. <http://www.revista.fatecitaqua.edu.br/index.php/regit/article/view/REGIT17-A1/214>
- Puchale, C. L. (2019). *Ciclos políticos econômicos nos estados brasileiros: uma análise do gasto público através de dados em painel espacial de 2003 a 2014*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS, Brasil. <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/17409>
- Rodrigues, C. L., & Vilas Boas, E., Filho. (2019). O contrato de urgência sob o Regime Especial de Direito Administrativo (REDA) e seus efeitos para a gestão de pessoas no funcionalismo público. *ID on line Revista de Psicologia*, 13(45), 734-749. <https://doi.org/10.14295/online.v13i45.1779>
- Rodrigues, A. C., & Rodrigues, S. B. (2019). Riqueza mineral, instituições fracas e clientelismo: a maldição dos naturais nos governos locais. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 13, 1-21. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-6486.rco.2019.153089>
- Santos, R. L. dos (2020). *A influência do aumento do gasto com pessoal na reeleição municipal*. Dissertação de mestrado, Fucape Fundação de Pesquisa e Ensino, Vitória-ES, Brasil. <https://fucape.br/producao-academica/repositorio-de-producao-cientifica/>
- Sidorkin, O., & Vorobyev, D. (2018). Political cycles and corruption in Russian regions. *European Journal of Political Economy*, 52, 55-74. <https://doi.org/10.1016/j.ejpoleco.2017.05.001>
- Veiga, L. G., & Veiga, F. J. (2007). Political business cycles at the municipal level. *Public choice*, 131(1), 45-64. [https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/1296/1/WP\\_NIPE\\_4\\_04.pdf](https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/1296/1/WP_NIPE_4_04.pdf)
- Vergne, C. (2009). Democracy, elections and allocation of public expenditures in developing countries. *European Journal of Political Economy*, 25(1), 63-77. <https://doi.org/10.1016/j.ejpoleco.2008.09.003>
- Vicente, E. F. R., & do Nascimento, L. S. (2012). A efetividade dos ciclos políticos nos municípios brasileiros: um enfoque contábil. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 6(14), 106-126. <https://doi.org/10.11606/rco.v6i14.45402>
- Visentini, M. S., & dos Santos, M. (2019). Transparência na gestão pública municipal



evidenciada nos portais eletrônicos dos municípios do Conselho Regional de Desenvolvimento (Corede) das Missões/RS. *Desenvolvimento em Questão*, 17(49), 158-175. <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2019.49.158-175>

Wooldridge, J. M. (2010). *Econometric analysis of cross section and panel data*. MIT press.